

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR**  
**CAMPUS DE CACOAL**  
**DEPARTAMENTO ACADÊMICO DO CURSO CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**ENIO GOMES ALVES**

**A PERCEPÇÃO DOS CONTADORES SOBRE A IMPORTÂNCIA DA  
PERÍCIA CONTÁBIL NAS DECISÕES JUDICIAIS**

**Trabalho de Conclusão de Curso**  
**Artigo**

**Cacoal – RO**  
**2011**

# **A PERCEPÇÃO DOS CONTADORES SOBRE A IMPORTÂNCIA DA PERÍCIA CONTÁBIL NAS DECISÕES JUDICIAIS**

**Por:**

**ENIO GOMES ALVES**

**Artigo apresentado à Universidade Federal de Rondônia – UNIR – *Campus* de Cacoal, como requisito parcial para obtenção do Grau de Bacharel em Ciências Contábeis, elaborado sob a orientação do Professor Ms. Geraldo da Silva Correia.**

**Cacoal – RO  
2011**

# **A PERCEPÇÃO DOS CONTADORES SOBRE A IMPORTÂNCIA DA PERÍCIA CONTÁBIL NAS DECISÕES JUDICIAIS**

**Por:**

**ENIO GOMES ALVES**

**Artigo apresentado à Fundação Universidade  
Federal de Rondônia, Curso de Ciências  
Contábeis, para obtenção de grau de Bacharel  
em Ciências Contábeis, mediante a Banca  
Examinadora, formada por:**

---

**Prof. Ms Geraldo da Silva Correia – Orientador Presidente**

---

**Prof. Dra. Maria Bernadete Junkes – Membro**

---

**Prof. Esp. Ellen Cristina de Matos - Membro**

---

**Média**

**Cacoal – RO  
2011**

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>4</b>
<b>1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>	<b>5</b>
1.1 Situação acusatória no Brasil.....	5
1.2 Conceito sobre Perícia.....	7
1.2.1 Perícia Contábil.....	8
1.3 A prova pericial e o perito contador.....	10
1.3.1 Fundamentação Legal da Prova Pericial.....	10
1.3.2 O Perito Contador e o Perito Contador Assistente.....	14
1.3.3 O Laudo Pericial.....	16
<b>2 AS CAUSAS DE APLICAÇÃO DE PERÍCIA CONTÁBIL.....</b>	<b>19</b>
2.1 Irregularidades Administrativas.....	19
2.2 Irregularidades Contábeis.....	20
<b>3 A PERCEPÇÃO DOS CONTADORES SOBRE A IMPORTÂNCIA DA PERÍCIA..</b>	<b>21</b>
3.1 Conhecimento e percepção da importância da perícia judicial.....	21
3.2 Análise e discussão.....	23
<b>CONSIDERAÇÕES.....</b>	<b>23</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>24</b>
<b>ANEXO I</b>	

## **A PERCEPÇÃO DOS CONTADORES SOBRE A IMPORTÂNCIA DA PERÍCIA CONTÁBIL NAS DECISÕES JUDICIAIS**

**Enio Gomes Alves<sup>1</sup>**

### **RESUMO**

O artigo apresenta uma abordagem teórica judicial, sobre a perícia contábil, tendo como simulação da importância, uma análise da visão dos contadores do município de Cacoal frente à perícia contábil judicial. A estrutura utiliza-se de fundamentação teórica, pautada na concepção de autores, com estreita relação nas questões contábeis e assuntos periciais, passando pelos aspectos legais e técnicos que envolvem a conjuntura da perícia contábil no Brasil. Verifica-se a responsabilidade delegada ao perito contador no exercício da função, que exige do profissional contador, conhecimento sobre os princípios básicos que ordenam o processo judicial e uma adequada qualificação profissional que lhe permitam a eficácia no desempenho da função pericial, visto que exige também uma imensa gama de conhecimentos contábeis, técnicos e científicos voltados para a busca da veracidade dos fatos. O estudo volta-se para a visão dos contadores do município de Cacoal a respeito do conhecimento sobre perícia e reconhecimento de sua importância por esses profissionais da área contábil, destacando algumas definições e atribuições legais necessárias para que apresente informações confiáveis que elucidem o conflito, servindo como uma fonte auxiliar nas decisões da justiça.

**Palavras-chave:** Perícia contábil. Informações confiáveis. Eficácia. Tomada de decisão.

### **INTRODUÇÃO**

O presente artigo tem como objetivo destacar a visão dos contadores frente a perícia contábil, em observância à Legislação Brasileira, no que se refere à Doutrina e às Normas Brasileiras de Contabilidade. O problema abordado volta-se para a importância da perícia contábil e a concepção que os profissionais da área contábil têm sobre o assunto, buscando na visão dos contadores no município de Cacoal responder qual a importância da perícia? O contador acredita que por meio do trabalho pericial o perito pode auxiliar de forma satisfatória ao magistrado no estabelecimento da verdade?

Para que fosse possível focar a problemática apresentada e alcançar os objetivos propostos, sua estrutura se apresenta a partir do relato sobre a situação acusatória no Brasil, enfocando os aspectos legais que a amparam e subsidiam, para ter uma base devidamente

---

<sup>1</sup> Trabalho de conclusão de curso de Ciências Contábeis elaborado sob orientação do prof. Ms. Geraldo da Silva Correia.

fundamentada sobre a origem e conceituação da perícia, bem como a questão funcional do perito contábil, evidenciando competências e o papel que ele representa na resolução de conflitos judiciais, trazendo esclarecimento sobre pontos controversos, formando juízo sobre a verdade e possibilitando resolver as lides, destacando-se, inclusive, a diferença entre perito oficial e perito contador assistente.

O método utilizado para o desenvolvimento do presente trabalho foi a pesquisa bibliográfica, adotando o método dedutivo para obtenção das respostas à problemática levantada, procurando auxiliar na compreensão do problema, aplicando-se questionário junto aos contadores no município de Cacoal.

Por meio do presente trabalho científico buscou-se a ampliação de conhecimentos por meio da coleta de informações em livros, revistas, jornais e internet, bem como pesquisa realizada por aplicação de questionário a vários profissionais da área contábil, no município de Cacoal – RO.

O crescimento pessoal e profissional podem ser destacados no decorrer dos estudos, pesquisa e elaboração, oportunizando a familiarização com um rol de riquíssimos conteúdos e diferentes concepções de renomados autores que contribuíram significativamente para o seu desempenho, oportunizando a expressão de crítica e a emissão de pareceres frente a importância da perícia contábil para a tomada de decisões judiciais.

## **1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Para que seja possível discorrer sobre a importância da perícia contábil nas questões judiciais, faz-se necessário ter noção dos aspectos legais e das normas técnicas que asseguram sua aplicação, bem como compreender sua influência para a tomada de decisão do magistrado. Nesse sentido, discorre-se a seguir sobre os aspectos doutrinários que asseguram essa área de atuação.

### **1.1 SITUAÇÃO ACUSATÓRIA NO BRASIL**

Como recurso de comprovação em uma sentença judicial, se faz necessário o entendimento da jurisprudência na prática de medidas utilizadas como instrumentos para acusação ou absolvição do réu em uma determinada demanda judicial.

O Decreto Lei n.º 3.689/41 (Brasil, 1941), Código de Processo Penal vigente, traz em sua estrutura um forte rigor autoritário, o que sugere a necessidade de adequação da realidade para novos tempos, novos paradigmas, onde seja respeitada a dignidade do ser humano enquanto pessoa. Com isso, surge a necessidade de adoção de um novo sistema acusatório no Brasil, prevalecendo os princípios da constitucionalidade: ampla defesa, presunção de inocência, contraditório, processo legal, decisão judicial fundamentada, imparcialidade, dentre outros, para que o processo de acusação em si seja pautado no respeito e atenda às determinações legais. Melo (2010, p. 21) assim evidencia:

O sistema acusatório não é previsto expressamente na Constituição, decorrendo sua existência da nova forma de compreensão no processo penal, que não mais permite seja o acusado submetido à persecução criminal pelo Estado sem qualquer forma de a ela opor-se. Isto porque o *jus puniendi* sem limites é tão ou mais lesivo que as condutas capituladas como crime, além de representar a institucionalização da violência.

Cabe ao juiz estabelecer recursos que permitam a construção de provas consistentes, para que não caia no absurdo de condenar utilizando-se de provas antecipadas, ferindo o princípio de imparcialidade. Além, de aliar-se ao Ministério Público enquanto a defensoria Pública passa a trabalhar isoladamente.

A proposta para Novo Código de Processo Penal - PLS n.º 156/09 (Brasil, 2009), em seu artigo 4º, estabelece o Sistema Acusatório segundo os seguintes parâmetros: “o processo penal terá estrutura acusatória, nos limites definidos neste Código, vedada a participação do Juiz na fase de investigação e a substituição da atuação probatória do órgão de acusação”.

No que se refere essencialmente às provas, assim descreve em seu artigo 162, parágrafo único: “as provas serão propostas pelas partes [...] Será facultado ao juiz, antes de proferir a sentença, esclarecer dúvida sobre a prova produzida, observando o disposto no art. 4º”.

A compreensão da importância da prova para a execução de um processo judicial fica evidente na redação da nova proposta Penal. Principalmente, a produção de prova para fins de sentença como especificado no art. 162. Limita-se especificamente à prova pericial, para a qual se busca a fundamentação legal junto ao Código de Processo Civil, por ser esta o objeto da pesquisa em questão.

Sá (2005, p. 45) já considerava o laudo pericial contábil como “peça tecnológica que contém opiniões do perito contador, como pronunciamento, sobre questões que lhe são formuladas e que requerem seu parecer”, devendo esse primar pela qualidade nos argumentos e

opiniões. O que evidencia a relevância do conhecimento técnico e científico, amparado pelo Código de Processo Civil, em seu art. 421, quando estabelece que “[...] tem como objetivo dar condições para o juiz decidir de forma clara e imparcial”, sobre questões alheias aos seus conhecimentos técnicos.

Hoog (2005, p. 48-9), a classifica como “prova técnica, sólida e elucidativa na decisão do Magistrado, determinado em Lei no CPC, art. 145”.

## 1.2 CONCEITO SOBRE PERÍCIA

Com base na concepção de Lopes de Sá (2005), a palavra perícia tem sua origem no “latim: *peritia*”, significando conhecimento através da experiência. Na linguagem jurídica significa pesquisa, exame, verificação acerca da verdade ou da realidade de certos fatos, exigindo habilidade e saber para a realização da espécie. Sua aplicabilidade dá-se em virtude da necessidade de suprir a insuficiência de dados ou conhecimentos específicos sobre o objeto da prova, possibilitando, direta ou indiretamente aos interessados, examinar, se referir e opinar sobre a matéria em questão. Nesse sentido, o Estatuto Processual Civil Brasileiro (Brasil, 2009), determina em seu Art. 420: “a prova pericial consiste em exame, vistoria ou avaliação”.

O conceito da palavra perícia é definido por diferentes autores. Alberto (2007, p. 3), a conceitua da seguinte forma: “[...] é um instrumento especial de constatação, prova ou demonstração científica ou técnica, da veracidade de situações, coisas ou fatos”.

Para Ornelas (1994, p. 106), “o significado da palavra perícia tem o mesmo significado de prova pericial ou prova técnica”. Seguindo o pensamento do referido autor e trazendo esse significado para o foco da questão, que é a perícia contábil, pode-se dizer que o sistema contábil apresenta-se como uma fonte riquíssima de dados para se quantificar questões econômicas e financeiras como provas admissíveis em Direito, ou seja, uma prova material por excelência indispensável para o auxílio do magistrado nas decisões judiciais.

A perícia exige do perito entendimento e domínio para orientar o julgamento de uma lide. Dado a isso, torna-se um trabalho, como cita Magalhães et al. (2006, p. 12), de “notória especialização”, objetivando examinar registros e documentos que reportem a origem e autenticidade de determinado fato, possibilitando a emissão de um parecer fundamentado em normas legais, conceituais e disciplinares, devidamente pautado pela ética.



### 1.2.1 Perícia Contábil

Frente ao crescimento evolutivo da perícia contábil nas decisões judiciais e extrajudiciais, o Conselho Federal de Contabilidade aprovou, em 2009, a Resolução n.º 1.243/09 (CFC, 2009), que altera as regras e procedimentos técnico-científicos a serem observados pelo perito ao elaborar a perícia contábil. Tendo como principal objetivo esclarecer aspectos e fatos do litígio por meio de exame, vistoria, indagação, investigação, arbitramento, avaliação, ou certificação.

Ainda, citando as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC TP 01), Resolução n.º 1243/09, perícia contábil é definida como:

A perícia contábil constitui o conjunto de procedimentos técnico-científicos destinados a levar à instância decisória elementos de prova necessários a subsidiar à justa solução do litígio ou constatação de um fato, mediante laudo pericial contábil e/ou parecer pericial contábil, em conformidade com as normas jurídicas e profissionais, e a legislação específica no que for pertinente.

Partindo da concepção estabelecida pela resolução vigente, a perícia contábil pode ser definida como a busca da verdade de um determinado fato, acontecimento, situação, aspecto ou coisa, que necessita de constatação técnica e científica, exigindo a execução de procedimentos que só podem ser aferidos por profissionais qualificados, graduados em contabilidade, com habilidade e competência necessárias, para a busca de provas decisórias na solução de problemas que as exijam.

Ao se voltar para a resolução de uma demanda judicial, sempre estarão presentes a versão do autor, com as devidas fundamentações, a versão do réu, com as contestações na busca de direcionar os fatos para a contrariedade daquilo que foi apresentado pelo autor e a verdade real, a qual deverá prevalecer na decisão judicial. Aqui, destaca-se a importância do laudo pericial para a justa solução do litígio estabelecido entre ambos.

Alberto (2007, p. 33), define a perícia contábil como “instrumento técnico-científico de constatação, prova ou demonstração, quanto à veracidade de situações, coisas ou fatos oriundos das relações, efeitos e haveres que fluem do patrimônio de quaisquer entidades”.

Ornelas (2003, p. 20), estabelece uma síntese entre a contabilidade e a área jurídica:

Do Direito estaremos alimentando-nos de todo o embasamento teórico da denominada Teoria da Prova e do Direito Processual Civil, naquilo que se refere à prova técnica e à função do perito e do assistente técnico, à medida que a perícia contábil tem de obedecer a determinados rituais, ou seja, o

desenvolvimento de uma perícia contábil, em seus aspectos formais, é matéria de Direito Processual Civil.

Ornelas (2003) estabelece que cabe à Contabilidade nortear o desenvolvimento do conteúdo da prova técnica, por meio dos sistemas contábeis e das Normas Técnicas de Perícia Contábil e Funcionais de Perito, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade.

Para que a perícia contábil seja validada, o contador deve ser registrado no Conselho Regional de Contabilidade. Quando a situação exigir a perícia, sua atuação deve se voltar para as questões exclusivamente contábeis, obedecendo todas as determinações do Conselho Federal de Contabilidade.

Além do requisito legal do registro no Conselho Regional de Contabilidade, também está a exigência do saber técnico-científico da matéria, para que se aprofunde cientificamente na interpretação do fato em sua especialidade e emita o parecer técnico, visando levar aos autos a verdade factual.

O laudo pericial contábil deve ser emitido com opiniões técnicas e científicas consistentes sobre as questões a serem esclarecidas, de maneira que as dúvidas possam ser precisamente dirimidas. Nesse sentido, destaca-se a relevância da opinião pautada em uma verdade incontestável, que não abra margens a hipóteses ou suposições. Para melhor entendimento desse contexto, Lopes de Sá (portal pericial/artigo diferença entre opinar e informar) assim enfatiza:

O laudo pericial contábil deve ser manifestação de opinião técnica e científica sobre a realidade objetiva patrimonial perante questões formuladas com o escopo de esclarecer dúvidas. Não é o relato referido uma sugestão, nem deve ser algo contaminado pelo subjetivismo, muito menos fator emotivo, mas, exclusivamente apoiado no racional que caracteriza a prática científica. Tal a relevância disso que possível é considerar tal peça como um autêntico julgamento que deve estar apoiado na verdade inequivocamente constatada, excluídas hipóteses ou suposições.

A prudência deve estar lado a lado com a atuação do perito que, quando principiante, recomenda-se o auxílio e as orientações de um profissional experiente, como ponto de apoio e sustentação para sua atuação.

O Conselho Federal de Contabilidade (1999), por sua vez, emite Interpretação Técnica NBC-T-13 - IT4, no item 13.5.1, onde define Laudo Pericial Contábil como sendo: “peça escrita na qual o perito contador expressa, de forma circunstanciada, clara e objetiva, as sínteses do objeto da perícia, os estudos e as observações que realizou; as diligências realizadas, os critérios adotados, os resultados fundamentados e as suas conclusões”.

Toda e qualquer perícia que tiver como objeto o patrimônio e suas variações é estritamente contábil, e é de competência do Contador inscrito no Conselho Regional de Contabilidade (CRC), cuja incumbência é de examinar determinada matéria patrimonial. Estas informações levantadas darão origem a fatos devidamente confiáveis e de aceitação incontestável.

### 1.3 A PROVA PERICIAL E O PERITO CONTADOR

Ao se realizar uma perícia contábil devem ser levados em consideração todos os aspectos que assegurem a qualidade do trabalho a ser executado, considerando a importância da prova pericial para a emissão de um laudo que forneça todos os subsídios necessários à tomada de decisão.

#### 1.3.1 Fundamentação Legal da Prova Pericial

O conjunto doutrinário pertinente ao processo civil brasileiro CPC (Brasil, 2009), delega ao magistrado a autonomia para nomear o perito de sua confiança, sempre que o objeto de discussão estiver acima de suas possibilidades de decisão, dado à falta de conhecimentos com relação ao mesmo. Pois, mesmo dominando a área jurídica, em determinados momentos irá necessitar de auxílio de outras áreas, no caso em questão, da área de contabilidade para a emissão de parecer técnico, a fim de auxiliá-lo em sua elucidação.

A prova pericial, por sua vez, torna-se uma ferramenta de auxílio na solução de litígios judiciais, legalmente fundamentada pelo art. 333 do Código de Processo Civil (Brasil, 2009), que assim esclarece: “O ônus de prova incumbe: I. ao autor, quanto ao fato constitutivo do seu direito. II. ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor”.

No que se refere ao ônus da prova, Ornelas (2007, p. 27), por sua vez, assim descreve: “o dever de provar compete a quem alega, a quem afirma ou nega determinados fatos da causa. Quem busca a proteção da justiça depara com a necessidade de produzir provas. Quem oferecer as provas mais convincentes fatalmente obterá sucesso”.

Conforme Santos (1990, p. 169), a prova é vista: “com fins últimos, a incutir no espírito do julgador a convicção da existência do fato perturbador do direito a ser restaurado [...] é a soma dos fatos produtores da convicção apurados no processo”.

No entanto, Ferreira (2000, p. 564), define prova como “aquilo que atesta a veracidade ou a autenticidade de algo”. No ato jurídico, podemos dizer que se pretende, com a prova, estabelecer o nexo causal do dano, possibilitando ao magistrado a tomada de decisão no julgamento processual.

Por outro lado o Código Civil (Brasil, 2009), em seu Título V, traz que:

Salvo o negócio a que se impõe forma especial, o fato jurídico pode ser provado mediante: [...]  
 I – confissão; [...]  
 II – documento; [...]  
 III – testemunha; [...]  
 IV – presunção; [...]  
 V – perícia.

O Código de Processo Civil (Brasil, 2009) em sua Seção VII, que dispõe sobre a prova pericial, assim descreve:

Art. 420. A prova pericial consiste em exame, vistoria ou avaliação  
 Parágrafo único. O juiz indeferirá a perícia quando:  
 I – a prova de fato não depender do conhecimento especial do técnico;  
 II – for desnecessária em vista de outras provas produzidas;  
 III – a verificação for impraticável.

De acordo com o Código de Processo Civil (Brasil, 2009), não dependem de prova os fatos notórios, afirmados por uma parte e confessados pela parte contrária, admitidos no processo como incontroversos e em cujo favor milita presunção legal da existência ou veracidade.

Como pode ser visto o Código de Processo Civil (Brasil, 2009), estabelece:

Art. 421. O juiz nomeará o perito, fixando de imediato, prazo para a entrega do laudo.  
 § Incumbe às partes [...]:  
 I – indicar o assistente técnico;  
 II – apresentar quesitos.  
 § Quando a natureza do fato o permitir, a perícia poderá consistir apenas na inquirição pelo juiz do perito e dos assistentes, por ocasião da audiência de instrução e julgamento a respeito das coisas que houveram informalmente examinado ou avaliado.

No que se refere à nomeação, Magalhães (2006, p. 37), assim destaca: “[...] realizada pelo juiz de Direito, quando sente a necessidade de ser orientado quanto ao conteúdo técnico e científico do processo; toma então a iniciativa de nomear um perito”.

Após nomear do Perito Oficial do Juízo, deverão ser observados os procedimentos abaixo e outros que se fizerem necessários e devidamente legalizados:

1. Retirada do Processo - se dará após cumprimento do prazo estabelecido pelo juiz, para indicação dos Assistentes e apresentação dos quesitos. A notificação ao perito deverá se dar via intimação AR (aviso de recebimento) ou telefone para ciência, especificando local de acesso e retirada do processo e para manifestação de impedimentos, caso hajam. Lopes de Sá (2005, p. 73), complementa: “para conhecer bem o processo e realizar o plano da Perícia, o perito precisa conhecer bem os autos; [...] implica requerimento [...] outras vezes [...] retirado pelo advogado e cedido ao perito, em confiança”;
2. No caso de impedimento - o perito-contador ao ser nomeado deverá manifestar o seu impedimento para execução da perícia contábil, nos termos legais ou escusar-se dos serviços sempre que reconhecer não estar capacitado à altura do encargo confiado, obedecendo a doutrina vigente. Nesse sentido, Lopes de Sá (2005, p. 69), enfatiza que: “a recusa deve ser comunicada ao juiz, por escrito, com a justificativa, quando então será nomeado outro perito para substituir ou prender a função. A escusa deve ser apresentada dentro de até cinco dias da intimação”.
3. Apresentação de Proposta de Honorários – Ao aceitar o cargo confiado, caberá ao perito apresentar por meio de petição, sua proposta de honorários dentro do prazo estabelecido, geralmente de 05(cinco) dias. Quando aos honorários, Lopes de Sá (2005, p. 71) alerta: “fazer a proposta e pleitear o depósito são coisas que o perito pode realizar concomitantemente, mas com zelo suficiente para não cometer erros contra si nem contra as partes”. É importante a apresentação do plano de trabalho detalhado, estimando o número de horas previstas para a execução do trabalho e considerando fatores da relevância, do vulto, do risco, da complexidade e outros fatores ou custos de laudos interprofissionais inerentes à execução do Trabalho;
4. Pedido de redução/parcelamento ou Arbitramento pelo Juízo - havendo solicitação de redução ou parcelamento da verba honorária pela parte interessada, o Juízo submeterá ao Perito que manifestará, por meio de petição se aceita a contraproposta. Nesse sentido Alberto (2000, p. 75), destaca: “o profissional pode ou não vir a aceitar as condições da [...] remuneração, já que a perícia é encargo”. Não havendo acordo sobre o valor, o Juízo, considerando a necessidade da perícia, poderá arbitrar o valor ou então poderá nomear outro perito, se assim o desejar;

5. Depósito dos Honorários e Início dos Trabalhos – Magalhães (2006, p. 46), traz que “O juiz poderá determinar que a parte responsável pelo pagamento dos honorários do perito deposite em juízo o valor correspondente a essa remuneração”. Havendo o acordo, após o depósito total ou da parcela inicial dos honorários, o perito será intimado a comparecer à instalação da perícia ou simplesmente ser intimado e retirar, assumindo as responsabilidades, o processo do Cartório para o início dos trabalhos.

As normas profissionais do perito dispõem sobre os impedimentos e suspeições a que estão sujeitos o perito contador e o perito contador assistente de exercerem, regularmente, suas funções ou realizar atividade em processo pericial, extrajudicial e arbitral nos termos da legislação e do Código de Ética Profissional do Contabilista. O Código de Processo Civil (Brasil, 2009), em seu Art. 422, estabelece: “o perito cumprirá escrupulosamente o encargo que lhe for cometido, independentemente de termo de compromisso”. Os assistentes técnicos são de confiança da parte, não sujeitos ao impedimento ou suspeição.

Para Ornelas(1994) a perícia pode ser entendida como um recurso para dirimir controvérsias. No caso da perícia contábil, quando à disposição do interesse da justiça, tem como objetivo juntar aos autos provas que constatem a veracidade dos fatos.

Em observância ao que determina o Código de Processo Civil (Brasil, 2009), a ética do perito contador é indispensável para sua boa atuação. Esse profissional deve considerar os efeitos de seu trabalho voltados para o benefício da sociedade. Propiciando o bem estar de todos que têm interesse no deslinde da controvérsia.

Lopes de Sá (2005) visualiza que com vistas nessa ética, torna-se extremamente importante uma postura que evidencie sua excelência moral, intelectual e técnica. O que evidencia a grande responsabilidade delegada ao perito contador, uma vez que terá acesso a todos os documentos necessários para a elaboração do laudo pericial, inclusive, em alguns casos poderá solicitar o depoimento dos envolvidos.

Nesse sentido uma falsa perícia ou um laudo tendencioso poderá induzir o Juiz à aplicação de penas indevidas. É evidente, que ao observar tendência negativa por parte da prova pericial, o magistrado tem total autonomia para recusá-lo e aplicar a sentença baseada em outras provas e percepções que lhes são próprias.

As concepções acerca da importância do laudo pericial contábil, segundo a opinião dos autores a seguir, ressaltam sua relevância frente as decisões de magistrados.

Para Lopes de Sá (2005), requisitos como objetividade, precisão, clareza, fidelidade, concisão, confiabilidade inequívoca baseada em materialidades e plena satisfação da finalidade, são indispensáveis à qualidade da perícia.

Ornelas (1994, p. 89), por sua vez, defende a competência técnica como “[...] indicador para verificar a qualidade do laudo contábil [...], e a lisura do profissional contábil dada pelos pedidos de esclarecimentos que o seu trabalho provoca”.

Para que os usuários, as partes envolvidas e o magistrado entendam o laudo produzido pelo perito, os resultados devem ser transcritos com linguagem clara e objetiva, apresentando a fundamentação necessária para que todas as dúvidas sejam dirimidas, sem dar margens a suposições e ter como foco o significado contábil em questão.

Com base nas concepções dos autores acima citados, mais precisamente de Lopes de Sá, remete-se à compreensão de que através de um laudo completo ficará evidenciada a qualidade da perícia contábil realizado pelo técnico, possibilitando a agilidade na decisão da sentença pelo Magistrado, bem como, que dentre as competências delegadas ao perito, destaca-se a importância do fiel cumprimento dos prazos legais estipulados pelo Juiz. A pontualidade na entrega do Laudo Pericial proporcionará a normalidade no desenrolar do processo, com isso torna o processo de tramitação ágil e desinteressado de retardamento.

### **1.3.2 O Perito Contador e o Perito Contador Assistente**

Cabe destacar que no tocante ao profissional como perito contador e como perito contador assistente, tanto a capacidade quanto a honorabilidade devem ser levadas em conta. A ambos cabe demonstrarem a capacidade de atuação, a competência profissional para pesquisar, examinar, analisar, sintetizar e fundamentar a prova no laudo pericial e no parecer pericial contábil. Para isso, o contador na função de perito deve manter-se atualizado sobre as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC), principalmente as aplicáveis à perícia.

Durante o processo da perícia, três profissionais podem atuar concomitantemente, pois o autor e o réu podem indicar assistentes técnicos para acompanharem o perito indicado pelo juiz. O perito do juiz faz o laudo e submete aos assistentes. Caso um deles discorde, faz um laudo em separado.

O perito-contador e o perito-contador assistente devem conhecer as responsabilidades sociais, éticas, profissionais e legais, às quais estão sujeitos no momento em que aceitam o encargo para a execução de perícias contábeis judiciais, extrajudiciais e arbitrais. Reafirmando seu pensamento Ornelas (2007, pág. 51) faz a seguinte afirmação:

Formação moral elevada reflete uma postura pessoal de integridade moral, de honestidade, decorrente da própria função de auxiliar da justiça que o perito exerce e da observância do código de ética profissional circundado das razões morais e materiais, que constituem a responsabilidade social e profissional do perito.

No que diz respeito ao perito contador e ao perito contador assistente, cabe observar:

- a) Perito Contador: é o profissional habilitado em Contabilidade, com Registro junto ao Conselho Regional de Contabilidade, emitido por certidão específica do referido conselho, nomeado pelo Juiz para examinar, analisar, sintetizar e fundamentar a prova no laudo pericial e no parecer pericial contábil. Está sujeito a impedimento ou suspeição, previstos no Código de Processo Civil, recebe seus honorários mediante alvará determinado pela justiça e tem prazo para entrega dos trabalhos, previamente fixados pelo Juiz. É o profissional da confiança do Juiz.
- b) Perito Contador Assistente: Ao contrário do perito contador, o perito contador assistente é indicado pelo litigante. Também deve ser habilitado em Contabilidade e apresentar a certidão específica de registro junto ao Conselho Regional de Contabilidade. Não está sujeito a impedimentos previstos no Código de Processo Civil, salvo quanto à capacitação e habilitação profissional. Recebe seus honorários diretamente da parte que o indicou e tem 10 (dez) dias de prazo para se manifestar sobre o laudo do perito, após a ciência das partes, da entrega do laudo oficial. É o profissional de confiança da parte que o contratou. (Lopes de Sá, 2005; Zanna, 2007).

A intervenção legal do perito contador assistente no processo se dá nos termos do Parágrafo único do artigo 433 do Código do Processo Civil (Brasil, 2009), quando apresentar o seu parecer técnico sobre o Laudo Pericial e encaminhado por meio de petição da parte.

Em análise às diferentes bibliografias, observa-se que ao perito contador cabe a responsabilidade de colaborar com a justiça em questões obscuras. Sendo que o Código de Processo Civil (Brasil, 2009), assim estabelece em seu Art. 424:

O Perito poderá ser substituído quando:

I – carecer de conhecimento técnico ou científico;

II – sem motivo legítimo, deixar de cumprir o encargo no prazo que lhe foi assinado.

§ No caso previsto no inciso II, o juiz comunicará a ocorrência à corporação profissional respectiva, podendo, ainda, impor multa ao perito, fixada tendo em vista o valor da causa e possível prejuízo decorrente do atraso no processo.



Dada a responsabilidade delegada ao perito contábil, não há como negar a importância desse profissional deter o conhecimento adequado de todas as questões que envolvem sua atuação. De suma importância são os trabalhos desenvolvidos para oferecer o suporte necessário junto aos magistrados, nas diversas instâncias do poder judiciário, para que os mesmos possam ter subsídios suficientes para a tomada de decisão de forma mais coerente e correta possível.

Conforme o Art. 429 do Código de Processo Civil (Brasil, 2009):

Para desempenho de sua função, podem o perito e os assistentes técnicos utilizar-se de todos os meios necessários, ouvindo testemunhas, obtendo informações, solicitando documentos que estejam em poder da parte ou em repartições públicas, bem como instruir o laudo com plantas, desenhos, fotografias e outras quaisquer peças.

No seu desempenho profissional o perito contábil, além dos livros, registros e toda documentação colocada a sua disposição, pode ainda, realizar diligências aos locais dos acontecimentos, desde que devidamente autorizado pela autoridade judiciária, para a efetivação dos seus trabalhos.

### **1.3.3 O Laudo Pericial**

A função de perito contador exige que o profissional tenha conhecimentos suficientes que o permitam atuar com competência, para que forneça ao magistrado elementos técnicos contábeis confiáveis, necessários à resolução da demanda em que atua. Nesse sentido, sua responsabilidade na elaboração de um laudo sério, abrangente, com conceituada interpretação técnica e em observância às normas e legislação vigentes, torna-se indispensável.

Como mostra Zarzuela et al. (2000, p. 86), pode-se entender o laudo pericial como materialização da prova pericial. Uma “exposição minuciosa, circunstanciada, fundamentada e ordenada das apreciações e interpretações realizadas pelo perito, com a pormenorizada enumeração e caracterização dos elementos contábeis manuseados e examinados”.

Conforme determina a Resolução n.º 1243/09 (NBC TP 01) do Conselho Federal de Contabilidade, em vigor a partir de 1º de janeiro de 2010, sobre a perícia contábil, há que se destacar como parte indispensável ao início dos trabalhos para elaboração do Laudo Pericial, o planejamento. Onde sejam estabelecidas as metas a serem alcançadas, os recursos a serem utilizados para o alcance de cada uma, o cronograma de execução de cada ação prevista,

determinado procedimentos e estabelecendo datas para que os prazos estabelecidos pelo juiz sejam devidamente respeitados.

Os conhecimentos adquiridos pelo perito são fundamentais para sua atuação, visto auxiliá-los em sua prática. Sendo assim, sua experiência e competência muito contribuirão para a elaboração de um laudo que apresente uma estrutura completa, sem lacunas e sem precedentes para aspectos duvidosos. Lopes de Sá (2005, p. 45), assim se manifesta quanto ao laudo pericial: “é uma peça tecnológica que contém opiniões do perito contador, como pronunciamento, sobre questões que lhe são formuladas e que requerem seu pronunciamento”.

Ornelas (2003, p. 93), vai mais além:

O laudo pericial contábil é a peça técnica da palavra do perito nomeado. Pode ser elaborado em cumprimento à determinação judicial, arbitral, ou ainda por força de contratação. No primeiro caso surge o laudo pericial contábil judicial. Nos demais, surge o laudo pericial contábil extrajudicial, um por solicitação do Tribunal Arbitral, outro em decorrência de contrato.

Como a ética profissional é uma característica indispensável para a boa atuação do perito contábil, cabe-lhe manter contato com o perito contador assistente, mantendo-o informado sobre a retirada do processo para início da perícia contábil. Havendo interesse do mesmo em participar do trabalho conjunto, observar o que determina o item 13.3.1 do NBC T 13.

Seguindo os procedimentos, de acordo com as normas técnicas, pode-se fundamentar o laudo pericial, conforme destaca Magalhães (2006, p. 39):

- a) Exame: pauta-se na análise de livros e documentos.
- b) Vistoria: verificação e constatação, de forma circunstancial, da situação.
- c) Indagação: obtenção de testemunhos das pessoas com conhecimento sobre a matéria em questão.
- d) Investigação: pesquisa visando trazer à tona fatos ocultos para comporem o laudo.
- e) Arbitramento: determinar valores e critérios para solução de controvérsias.
- f) Avaliação: determinar valores e fornecer informações, cuja autenticidade seja reconhecida pela fé pública atribuída pelo profissional.

Numa linguagem de simples entendimento, e refletido sobre a estrutura do laudo pericial, pode-se apresentá-la da seguinte forma (Alberto, 2000):

- a) Cabeçalho: deve conter a Identificação da Vara, do Juiz, número do processo, tipificação da ação e nome das partes.

- b) Metodologia: estabelecer as estratégias que serão utilizadas para a execução dos trabalhos.
- c) Quesitos transcritos.
- d) Respostas claras, ofertadas de forma objetiva, para que não fiquem dúvidas quanto à matéria, evitando respostas diretas e simples como “sim” e “não”.
- e) Conclusão: elaborada com linguagem técnica, consistente e coerente.

Apresenta-se a seguir dois roteiros para elaboração do laudo pericial. O primeiro estruturado de acordo com a Doutrina. O segundo estruturado em observância às Normas Brasileiras de Contabilidade.

<b>Estrutura do laudo – doutrina</b>	<b>Estrutura do laudo – Normas do CFC</b>
<b>1. forma de apresentação do laudo</b>	<b>1. forma de apresentação do</b>
• petição de encaminhamento	• petição de encaminhamento
• margens adequadas	<b>2. estrutura do laudo</b>
• tamanho da fonte adequada	• Identificação do processo e partes
• espaço entre linhas adequado	• síntese do objeto da perícia
<b>2. considerações preliminares</b>	• especificação da metodologia adotada
• termo de diligência	• especificação dos estudos e observações realizadas
• síntese do objeto da perícia	• termo de diligência
• especificação dos procedimentos técnicos adotados	• Identificação das diligências realizadas
• especificação diligências realizadas	• transcrição dos quesitos na ordem
• menção ao limite da responsabilidade Funcional	• respostas na ordem de seqüência de juntada
<b>3. quesitos</b>	• respostas circunstanciadas
• transcrição na ordem	• respostas objetivas
• respostas na ordem de seqüência de juntada	• respostas concisas
• respostas em páginas específicas	• respondidos com clareza
• respostas circunstanciadas	• Resultados Fundamentados
• respostas objetivas	• Conclusões
• respostas concisas	• comentários técnicos adicionais
• respondidos com clareza	<b>3. encerramento</b>
<b>4. considerações finais</b>	• datado
• conclusões	• rubricado todas as folhas
• comentários técnicos adicionais	• assinado
<b>5. encerramento</b>	• consta CRC
• menção ao número de folhas	• demonstrativos / documentos anexos
• datado	• menção ao número de documentos anexados
• rubricado todas as folhas	• demonstrativos anexados rubricados
• assinado	• demonstrativos anexados identificados
• demonstrativos / documentos anexos	
• menção ao número de documentos	
• menção ao número de documentos	
Anexados	
• Demonstrativos / documentos anexados rubricados	
• Demonstrativos / documentos anexados numerados	

Figura 1 – Laudo Pericial – Doutrina e Normas do CFC

Fonte: Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ (2007, jan/abr)

Após a conclusão o laudo, o perito deverá encaminhá-lo ao juiz, nesse aspecto, Lopes de Sá (2005, p. 61) enfatiza que “a formalização da entrega deve obedecer à natureza e às formalidades de cada caso; nas perícias administrativas, uma carta ou um ofício; nas judiciais a petição ao juiz para anexação aos autos”. Devendo obedecer aos prazos determinados, protocolando sua entrega para ter como comprová-la.

## **2 AS CAUSAS DE APLICAÇÃO DE PERÍCIA CONTÁBIL**

A necessidade de realizar a perícia contábil parte de irregularidades em questões administrativas ou contábeis, colocando em questão a veracidade dos fatos ou dados apresentados.

### **2.1 IRREGULARIDADES ADMINISTRATIVAS**

Na concepção de Magalhães et al. (2006, pg. 24), a ação econômico-administrativa é desenvolvida por pessoas que estão vinculadas a uma soma de interesses e por agentes que aplicam suas técnicas na consecução de objetivos, em conformidade com regras legais e de acordo com as normas profissionais. Porém, “por deficiências técnicas, estados psíquicos ou falhas morais as atitudes da administração não se apresentam com a necessária perfeição material, ou infringem os preceitos legais, as normas profissionais e os ensinamentos éticos”. O que ocasionam negligência, erros, simulações, adulterações, imperfeições e fraudes na execução dos trabalhos.

Os danos causados pelos fatores acima mencionados, são passíveis de responsabilidades aos seus causadores quer de âmbito criminal, civil ou administrativo, dependendo da sua gravidade.

Segundo a linha de pensamento de Magalhães et al. (2006, p. 24), essas responsabilidades são assim identificadas:

- Responsabilidade criminal é decorrente do ilícito penal – pelo qual se aplicam ao culpado as sanções da lei penal;
- Responsabilidade civil é decorrente do ilícito civil – pelo qual o culpado deve ressarcir ou indenizar a quem sofreu dano material;
- Responsabilidade administrativa é decorrente da culpa por falta, imprudência ou negligência nos atos da gestão - pelas quais se aplicam punições.

Cabe à perícia descobrir as irregularidades administrativas, em observância aos aspectos legais para que a veracidade dos fatos venha à tona, definindo responsabilidades, para que medidas cautelares ou sanções sejam devidamente aplicadas.

Na perícia por irregularidades administrativas, o exame torna-se estritamente particular, onde o apoio do juizado autorizado, ao administrador, como conhecedor da matéria, fortalece seus atos decisórios. Nesse aspecto, os casos são propostos pelo interessado, indicando pontos ou atos de irregularidades, cabendo ao perito certificar ou não sua veracidade, determinando efeitos e investigando causas.

## 2.2 IRREGULARIDADES CONTÁBEIS

São aquelas diretamente relacionadas às falhas de administração, como cita Magalhães et al. (2006, p. 28), causando prejuízos que podem comprometer a “estabilidade patrimonial ou a própria reputação do administrador”. Nesse sentido, os gestores devem assegurar a regularidade administrativa, para que a empresa se assegure quanto as falhas ou imperfeições. O autor ainda destaca (2006, p. 29):

Podem ser causas de imperfeições contábeis: a ausência ou deficiência de método de trabalho, a complexidade da matéria de quaisquer fatores físicos ou psíquicos, fraqueza de conhecimento, de boa-fé ou malícia e premeditação, além das exigências técnicas e do indispensável rigor nas aplicações de Contabilidade.

A contabilidade é um meio para obter informações e essas informações devem ser exatas, corretas permitindo a veracidade dos dados emitidos. Uma vez adulteradas ou negligenciadas são passíveis de conduta imprópria ou de fraudes cometidas pelo contador. Nesse sentido, Magalhães (2006, p. 30) ressalta:

Por desídia, incapacidade ou inépcia, desconhecimento, temeridade ou convicção, o profissional comete irregularidades que, não sendo criminosas, podem, [...] causar dano e, por isso, ele tem culpa passível de advertência, censura ou punição e penalidade. O Decreto Lei nº 9.295/46, que regulamentou a Profissão Contábil e criou o Conselho federal de Contabilidade, em seu art. 27, alínea “e”  
*estipula pena de suspensão do exercício da profissão, pelo prazo de seis meses a um ano, ao profissional que demonstrar incapacidade técnica no desempenho de suas funções.*

Ao profissional contabilista cabe a responsabilidade de exercer com zelo suas funções. No caso de ser negligente ou desonesto, deixando de observar as Normas de Contabilidade e a

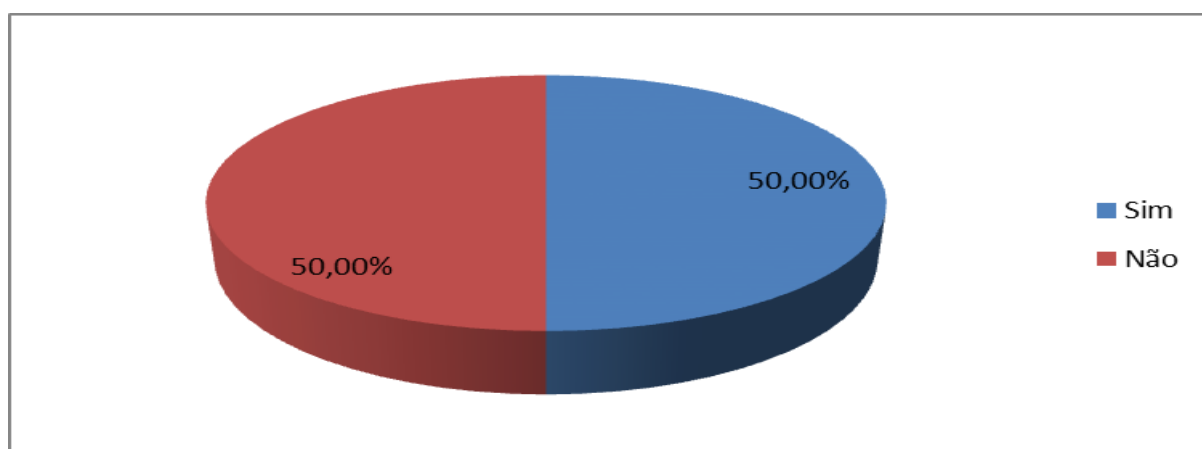
Legislação em vigor, deve ser denunciado ao Conselho Regional de Contabilidade (CRC). A denúncia pode ser apresentada por qualquer pessoa, física ou jurídica, contra o contabilista ou escritório de contabilidade, considerando-se os termos do Decreto-Lei nº 9.295 de 27 de maio de 1946, como citado acima, e da Resolução CFC nº 1.309/2010.

### 3 PERCEPÇÃO DOS CONTADORES SOBRE A IMPORTÂNCIA DA PERÍCIA

Para que fosse possível analisar a concepção dos contadores frente a importância da perícia contábil nas decisões judiciais, realizou-se uma entrevista e aplicação de questionário em 8 escritórios de contabilidade num universo de 36 regularizados junto ao Conselho Regional de Contabilidade CRC no Município de Cacoal – RO, durante o mês de março de 2011.

#### 3.1 CONHECIMENTO E PERCEPÇÃO DA IMPORTÂNCIA DA PERÍCIA CONTÁBIL

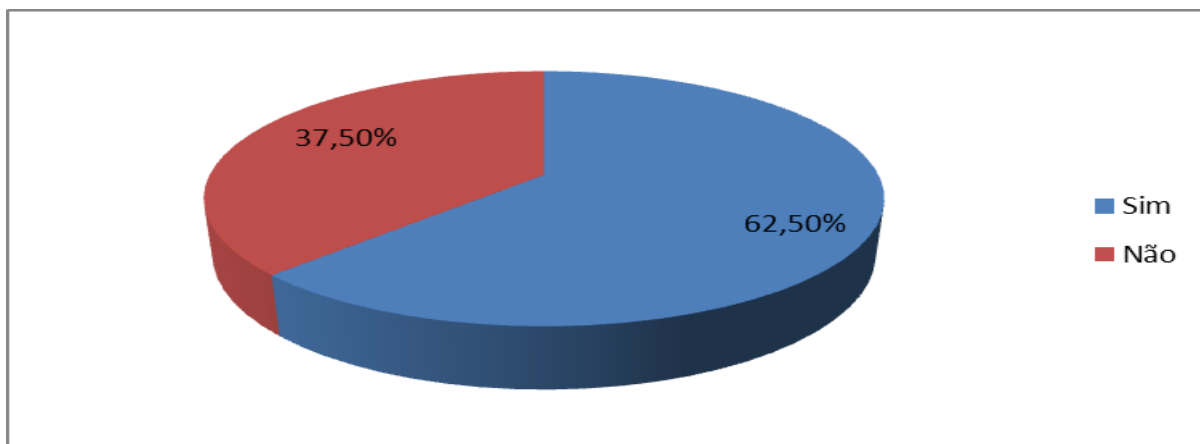
Durante a entrevista informal sobre conhecimento e importância da perícia contábil, grande parte dos entrevistados informou não obter conhecimento sobre perícia e havendo consenso nas respostas ao se justificar a falta de conhecimento ou desinteresse de ampliação deste, em razão acreditarem que no município de Cacoal não haja tanta incidência de casos que envolvem perícia, que justificassem financeiramente maior empenho na aplicação desse conhecimento. Pode se observar que foi ratificada a opinião na resposta ao questionário, quanto ao conhecimento sobre perícia, onde 50% afirmam não possuir conhecimento, conforme gráfico:



**Gráfico 1-** Conhecimento sobre perícia

**Fonte:** O autor, por meio de pesquisa.

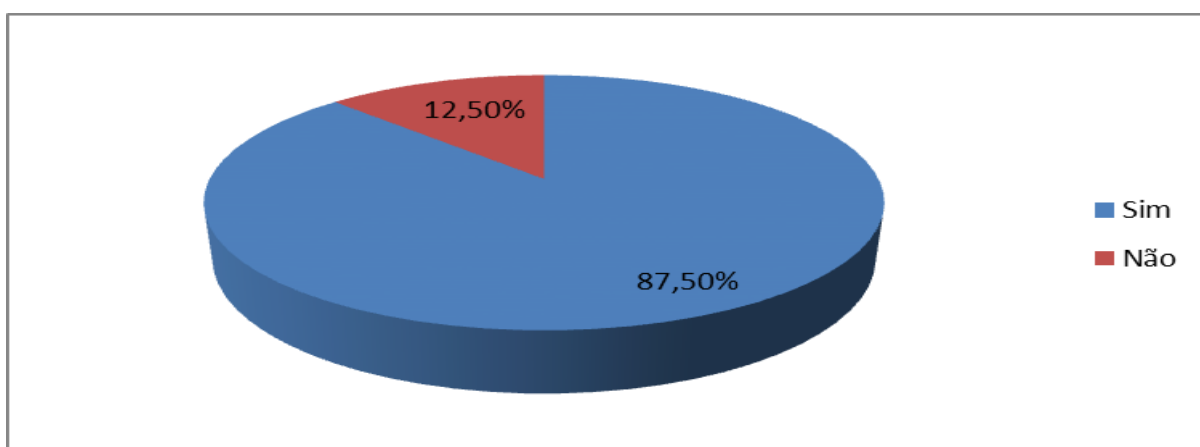
Quanto à importância da perícia, a maioria optou por responder a questão aberta, conforme gráfico:



**Gráfico 2-** A importância da perícia

**Fonte:** O autor, por meio de pesquisa.

Observa-se que os entrevistados que responderam basearam seus comentários na importância da perícia contábil em razão do assunto em litígio ser bastante técnico, o que teoricamente impossibilite ao magistrado decidir sobre o conhecimento técnico específico de outras profissões, bem como destacam a importância da perícia como sendo fonte de aplicação da justiça por ser a utilização do conhecimento e experiência de profissional exímio conhecedor do assunto, pautado sempre na verdade científica dos fatos; opinando também que com base nessa importância e conhecimento técnico, o profissional contábil pode sim, trazer aos autos um resultado convincente e satisfatório da perícia contábil às necessidades do magistrado, confirmando esse pensamento ao responder sobre o poder de convencimento do laudo pericial, conforme gráfico abaixo:



**Gráfico 3-** O laudo e seu poder de convencimento

**Fonte:** O autor, por meio de pesquisa.

Onde a maioria, 87,50% respondeu que acredita no poder de convencimento das informações contidas num laudo pericial consistente e coeso.

### 3.2 ANÁLISE E DISCUSSÃO

Nota-se por meio da pesquisa que apesar de grande parte dos contadores no município de Cacoal demonstrar reconhecer a importância da perícia contábil judicial, não demonstram interesse em ampliar seus conhecimentos sobre o assunto sob a alegação da não compensação financeira frente à quantidade de profissionais qualificados no mercado em relação às ocorrências de perícia no município, o que dificulta e atrasa a expansão do conhecimento pericial e a maior conscientização do profissional contábil quanto a sua importância como exímio conhecedor da matéria em pauta.

### CONSIDERAÇÕES

Após realização da pesquisa e análise de toda fundamentação teórica a que se possibilitou à realização do trabalho, reporta-se à doutrina como fundamento para o embasamento legal do perito contador e à prática, como conjunto de responsabilidades a serem observadas e devidamente embasadas, com vistas à ética, ao compromisso profissional, à imparcialidade e à competência.

A análise das proposições apresentadas evidencia uma estreita ligação entre a Contabilidade e o Direito. Por meio da interface existente entre ambos, torna-se relevante o trabalho do perito contador, como a pessoa da confiança do magistrado para a tomada de decisão. Torna-se indiscutível a qualidade técnica de um laudo pericial; seus quesitos devem pautar-se de importantes elementos no contexto do planejamento, sendo que a resposta a cada quesito deve ser devidamente circunstanciada pelas razões que a fundamentam, cabendo ao perito contador obedecer às determinações doutrinárias, dando também a devida atenção às normas do Conselho Federal de Contabilidade.

O trabalho pericial é de grande importância para a sociedade, visto ser embasado em condições legais, capacidade técnica e idoneidade moral do perito, como instrumento de auxílio para o ordenamento decisório ao se tratar de julgamento de fatos controversos. Com isso, a evolução da contabilidade constitui uma importante fonte de informações, capaz de produzir grandes efeitos em todas as fases dos processos que envolvem patrimônio.

No que se refere à pesquisa de campo realizada junto aos profissionais da área de contabilidade, nota-se que apesar da grande maioria acreditar na importância da perícia contábil, observa-se o desinteresse em obter conhecimento sobre o assunto, por acreditarem no fato de não ser muito comum e freqüente o uso da perícia judicial no município, ainda



levando-se em consideração o número de profissionais existentes, optando o profissional por manter seu interesse e qualificação profissional voltados para as áreas mais rotineiras da profissão contábil.

Dado à sua importância para a tomada de decisão em questões judiciais, a perícia deve ser praticada pelos mais habilitados, competentes e melhores preparados profissionais da área contábil. Sendo a ética uma qualidade indispensável para uma conduta respeitável e ilibada do perito contador, não permitindo a interferência de terceiros ou das partes no trabalho pericial, agindo em defesa da execução da mais pura justiça, com responsabilidade social redobrada na apresentação do laudo pericial, bem como constante aprimoramento pessoal e profissional.

## REFERÊNCIAS

ALBERTO, Valder Luiz P. **Perícia Contábil**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

BRASIL. **Código de Processo Civil**. 13. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

\_\_\_\_\_. **Decreto Lei** n.º 3.689/41. Código de Processo Penal. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil/decreto-lei/Del3689Compilado.htm>. Acesso em fevereiro de 2011.

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei n.º 9.295** de 27 de maio de 1946. D.O.U. de 28.5.1946. Cria o Conselho Federal de Contabilidade. Disponível em <http://www.portaldecontabilidade.com.br/legislacao/decretolei9295.htm>. Acesso em outubro de 2010.

\_\_\_\_\_. **Projeto de Lei do Senado** n.º 156 de 2009. Disponível em <http://www.senado.gov.br/atividade/comissoes/comissao.asp?origem=SF&com=1460>. Acesso em fevereiro de 2011.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Normas Brasileiras de Contabilidade**. Resolução n.º 858/99 - Conselho Federal de Contabilidade - Publicada no DOU de 29.10.1999 - Normas Brasileiras de Contabilidade - NBC T13 - Da Perícia Contábil. Disponível em: <[http://www.inpecon.com.br/nbc\\_t\\_13.htm](http://www.inpecon.com.br/nbc_t_13.htm)>. Acesso em: 13 março 2011.

\_\_\_\_\_. **Resolução n.º 1243/09**. Disponível em [http://www.crcsp.org.br/portal\\_novo/legislacao\\_contabil/resolucoes/Res1243.htm](http://www.crcsp.org.br/portal_novo/legislacao_contabil/resolucoes/Res1243.htm). Acesso em novembro de 2010.

\_\_\_\_\_. **Resolução n.º 1.309** de 09 de Dezembro de 2010. Disponível em [http://www.normaslegais.com.br/legislacao/resolucaocfc1309\\_2010.htm](http://www.normaslegais.com.br/legislacao/resolucaocfc1309_2010.htm). Acesso em outubro de 2010.

FERREIRA, Aurélio Albuquerque de H. **Miniaurélio Século XXI Escolar**: o minidicionário da Língua Portuguesa. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 2000.

HOOG, Wilson Alberto Zappa. **Prova Pericial Contábil: Aspectos Práticos & Fundamentais**. 4. ed. Curitiba: Juruá, 2005.

LOPES DE SÁ, Antônio. Laudo Pericial Contábil: diferença entre opinar e informar. Disponível em <http://www.crcpr.org.br/portais/portalPericia/artigos.php>. Acessado em 18/10/10.

\_\_\_\_\_, Antônio. **Perícia Contábil**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MAGALHÃES, Antônio de Deus Farias et al. **Perícia Contábil: uma abordagem teórica, ética, legal, processual e operacional**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MELO, Taísa Navarro L. **A Necessária Adoção do Sistema Acusatório no Brasil**. IN *Revistas Jurídica CONSULEX – Ano XIV – n.º 316*. Mar, 2010.

ORNELAS, Martinho M. G. **Perícia Contábil em Falências e Concordatas**. São Paulo: Saraiva, 1994.

SANTOS, M. A. **Primeiras Linhas de Direito Processual Civil**. São Paulo: Saraiva, 1990.

\_\_\_\_\_, Martinho. M. G. **Perícia Contábil**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

*Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*, Rio de Janeiro, V.12, n.1, p.9, jan./abril, 2007.

ZARZUELA, José Lopes et al. **Laudo Pericial – Aspectos Técnicos e Jurídicos**. *Revista dos Tribunais*. São Paulo: Sindicato dos Peritos Criminais do Estado de São Paulo, 2000.

ZANNA, Remo Dalla. **Perícia Contábil**. 2. ed. São Paulo: IOB Tomson, 2007.

## ANEXO I

### QUESTIONÁRIO DE PESQUISA DE CAMPO

Este questionário tem como objetivo aplicação prática de pesquisa de campo junto aos escritórios de contabilidade no município de Cacoal, com o propósito acadêmico de levantamento de dados para Artigo de Conclusão do Curso de Ciências Contábeis da Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR, Campus de Cacoal.

Data do Preenchimento do Questionário: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Horário: \_\_\_\_\_ Município: \_\_\_\_\_

Responsável pela empresa e preenchimento do questionário:

Proprietário ( )  
Sócio ( )  
Gerente ( )  
Administrador ( )  
Outros ( ) \_\_\_\_\_

Sexo:

Masculino ( )  
Feminino ( )

Formação:

Fundamental incompleto ( )  
Fundamental ( )  
Médio incompleto ( )  
Médio ( )  
Superior incompleto ( )  
Superior ( )

1 – Você possui conhecimento sobre a perícia contábil?

( ) Sim ( ) Não

2 - Já participou ou conhece contador que tenha participado de perícia contábil na esfera judicial?

( ) Sim ( ) Não

3 – Se afirmativo, poderia opinar sobre a importância da perícia contábil?

---

---

---

---

4 – Na sua opinião, um laudo pericial contábil bem elaborado e coeso, pode por si só trazer o convencimento pleno para a decisão do magistrado?

☐ Sim ☐ Não

5 – Você acredita que a perícia contábil é imprescindível num processo judicial em que haja qualquer dúvida de caráter técnico?

☐ Sim ☐ Não

6 – O contador pode atuar na perícia contábil como perito contador e perito assistente. Na sua opinião, a atuação de dois profissionais num processo judicial favorece o convencimento do magistrado e influencia na decisão sem tendências que não seja o que for justo?

☐ Sim ☐ Não

7 – Numa perícia contábil, o juiz tem a oportunidade de basear sua decisão com a ajuda de um profundo conhecedor no assunto, bem como dar oportunidade do contrário à parte inquirida com a atuação do assistente, podendo assim, sanar todas as dúvidas existentes antes da sua decisão. Você acredita que isso torna a decisão mais consistente e amplamente confiável na justiça?

☐ Sim ☐ Não

8 – A legislação se aprimora constantemente na busca e garantir que os direitos de todos sejam respeitados, baseando-se sempre na aplicação da justiça. Você acredita que a perícia contábil pode ser entre outras coisas, uma ferramenta na promoção e aplicação dessa justiça?

☐ Sim ☐ Não

9 – Você acredita que a perícia contábil pode mudar a decisão final de um magistrado nos casos em que este estiver convicto erroneamente ou esteja sendo induzido ao erro por falta de conhecimento técnico?

☐ Sim ☐ Não

10 – A perícia contábil, mesmo que não influencie diretamente na decisão do magistrado, traz sempre aos autos a realidade dos fatos que estão em litígio?

☐ Sim ☐ Não